



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

MULHERES COM DEFICIÊNCIA E SITUAÇÕES DE ESTIGMATIZAÇÃO: UM  
INÍCIO DE CONVERSA

DAYSE FERNANDA LIMA DA SILVA

NATAL  
2016

Catálogo da Publicação na Fonte.

UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Silva, Dayse Fernanda Lima da.

Mulheres com deficiência e situações de estigmatização: um início de conversa/ Dayse Fernanda Lima da Silva. - Natal, RN, 2016.  
53f.

Orientador (a): Profa. Dra. Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães.

Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Departamento de Educação.

1. Mulheres com deficiência - Monografia. 2. Estigma – Monografia. 3. Condição da Mulher - Atualidade – Monografia. I. Magalhães, Rita de Cássia Barbosa Paiva. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 34-055.2

DAYSE FERNANDA LIMA DA SILVA

MULHERES COM DEFICIÊNCIA E SITUAÇÕES DE ESTIGMATIZAÇÃO: UM  
INÍCIO DE CONVERSA

Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Pedagogia, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães.

Natal  
2016

DAYSE FERNANDA LIMA DA SILVA

MULHERES COM DEFICIÊNCIA E SITUAÇÕES DE ESTIGMATIZAÇÃO: UM  
INÍCIO DE CONVERSA

Artigo apresentado ao Curso de  
Pedagogia do Centro de Educação da  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Norte, como requisito parcial para a  
obtenção do grau de licenciada em  
Pedagogia, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>.  
Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães – Orientadora  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Géssica Fabely Fonseca  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliana Costa Guerra  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Em tempo, é triste perceber nitidamente a direção que nós mulheres tomamos na vida e saber que ela nos leva a um fim que não o nosso. Viver uma vida de negação nos torna seres desacreditados em nossa própria capacidade de estar no mundo. Aceitamos a vida como ela é. Optamos por sobreviver das migalhas, do desamor... Da violência. De resto, ainda nos dizem: Não há o que reclamar. Sempre foi assim e assim sempre será...

Compreendendo que uma vida em silêncio, é uma vida sem sentido - a não ser que esse silêncio seja uma livre escolha para quem o conduz, ou, como diz Freire (1987), o silêncio que se refere as meditações profundas em que apenas de forma aparente nos faz sair do mundo, afastando-nos para admirá-lo em sua globalidade, mas porque com ele, continuamos. Porém, devemos lembrar, na maior parte das vezes esse silêncio libertador trata-se de uma realidade inalcançável às mulheres. Por essa razão é que não me resta outra atitude senão como todas as outras, sujeitar-me, cotidianamente, à resistência do silêncio opressor da minha voz e das dores que conservam o meu corpo.

Desvencilhar-me das amarras que foram criadas por esta sociedade misógina, patriarcalista e machista é um pesar sem perspectiva de fim. Todavia, dentro das circunstâncias que hoje me são oportunizadas, se não me ponho a transformar o meu eu, o eu da (o) outra (o), a minha identidade, a identidade da (o) outra (o), o meu mundo e o mundo de todas (os) as mulheres (os homens), não há razão, pois para continuar em frente. Enquanto viva, recuso-me em hesitar, a desistir. Por isso o único silêncio ao qual me disponho sem resistência é o que me faz mergulhada de realidade. E “não quando, significando um desprezo ao mundo, sejam maneiras de fugir dele, numa espécie de ‘esquizofrenia histórica’” (FREIRE, 1987).

A todas as mulheres deste mundo porque historicamente silenciadas pela opressão e violência, em especial, às mulheres com deficiência a quem atribuo o início das minhas pesquisas, e a todos os homens porque se tornaram desumanizados pela opressão cometida não apenas a nós mulheres, mas a si próprios, dedico a minha alegria em luta pelas palavras à nossa transformação em seres de mais humanidade.

Às barricadas, companheiras (os)!

Pela necessidade de ser uma outra e de ser um outro para ser eu mesma,  
os meus agradecimentos.

Dizem que o Trabalho de Conclusão de Curso é um dos mais terríveis em que nós estudantes podemos nos debruçar. Ao fim destes quatro anos de curso, não poderia haver maior engano, apenas agradecimentos. E os meus, vale frisar, jamais seriam por uma questão de obrigação, mas sim pela educação que me foi apresentada com tanto amor durante todos os dias e anos da minha existência. Também pelo costume ético que se propõe e faz necessário às relações que construímos ao longo de nossas trajetórias, seja no âmbito da vida particular ou pública, familiar ou acadêmica. Além do mais, tendo em vista que não apenas as nossas vidas, mas todo conhecimento é construído coletivamente, a todas e a todos que colaboraram com o estudo aqui realizado, os meus sinceros e sensíveis agradecimentos.

Pela tradução de uma parte na outra parte, que é uma questão de vida ou morte - e por que não uma arte? – meus agradecimentos à minha mãe acadêmica, professora e orientadora Rita de Cássia.

À mulher que, ainda que negue a existência da própria aldeia, mas que sempre responderá sim às crianças porque suas, meus agradecimentos à minha vó, duas vezes mães, Dona Auzerina.

Àquela que, para que o dia se torne enorme basta toda a ternura que olho em seus olhos, meus agradecimentos à mulher guerreira, batalhadora e belíssima que é a minha mãe, Maclina Maria.

Meus agradecimentos a uma presença a ser decifrada mais tarde, talvez com saudade. Ao meu irmão, Danilo.

Ao meu amor, que mais breve ainda que a vida, ama-me baixinho e bem devagarzinho, os meus agradecimentos, Ricardo.

Àquelas que depois de um abraço bem apertado, de compreensão e de amizade, seguimos pela rua estreita, em direção ao sol. Meus agradecimentos às minhas irmãs e amigas Maria e Rychelle.

Meus agradecimentos àquelas que, porque de permeio temos a rebeldia que desassossega, a matéria compulsiva dos sentidos. Que ninguém nos doma, nem tenta reduzir-nos ao silêncio branco das cinzas, minhas gatas Mumu e Fin.

Eu que amiga aprendiza, simplesmente e calmamente, quero ser-te paz. Nem demais, nem de menos. Nem tão longe, nem tão perto. Ser tua amiga na medida mais precisa que eu puder. Meus agradecimentos ao meu querido amigo e pedagogo Gleidson Felipe.

Meus agradecimentos às companheiras e aos companheiros da Base de Pesquisa na área da Educação Especial com quem muito aprendi em nossos encontros, reuniões, estudos e diálogos. Em especial à Géssica, Ilma e Rogério por quem tenho muito orgulho, carinho e atenção.

A todas as docentes e a todos os docentes tanto da área da Educação Especial como também das demais áreas com as quais e os quais convivi dialogicamente durante o curso de Pedagogia, os meus agradecimentos.

Agradecimentos especiais à professora Eliana Costa Guerra que, apesar das circunstâncias, com todo amor participou da avaliação deste trabalho de conclusão.

Meus agradecimentos a quem encontrou esta flor, olhou cuidadosamente e pode imaginar o pequeno pormenor. À Grande Natureza, espero não ter decepcionado, pois florescer é uma profunda responsabilidade.

*Eu estava exausta ... E nada  
que lua me agradava ... E me  
deparei com este poema –  
que conheço muito bem - e vi*

*...*

*No seu trabalho em tipo de  
reinvenção*

*Cecília Meireles*



## **Resumo**

O objetivo deste artigo – um ensaio teórico – é analisar a condição da mulher com deficiência na sociedade evidenciando que a mulher vivencia processos de dupla estigmatização. Discutimos o processo de vulnerabilidade e discriminação vivenciado por pessoas com deficiência e por mulheres demonstrando como afloram estigmas. O estudo sobre a condição específica da mulher com deficiência mostra-se, ainda, incipiente tanto nas pesquisas, quanto nos dados estatístico disponíveis sobre tal grupo. Estudos evidenciam a condição de dupla vulnerabilidade de mulheres com deficiência, discutimos a possibilidade de considerar tais processos como vivência de processos duplos de estigmatização. O tema apresenta-se como campo emergente para a pesquisa em educação especial em perspectiva inclusiva na luta pela defesa de espaços de democratização e igualdade na escola.

Palavras-chave:

Estigma - mulher - deficiência

## Sumário

Introdução.....	11
Mulheres e mulheres com deficiência: dos números às condições de vulnerabilidade.....	13
Estigma e deficiência: análise conceitual.....	22
A condição da mulher na atualidade e a presença do estigma.....	43
Considerações Finais: para além das conclusões.....	48
Referências.....	48

## Introdução

A última edição do ENEM (2015) tornou possível para, aproximadamente, 6 milhões de estudantes o protagonismo crítico sobre a realidade na qual se encontravam. Não apenas sob a perspectiva dos professores, mas dentre outros olhares sociais parece haver a compreensão de que, objetivamente, o exame exigiu da classe estudantil para além do conhecimento do conteúdo das “matérias escolares” exigiu um olhar crítico sobre a realidade. Tirante o consenso às questões e a originalidade metodológica, o irreduzível ENEM 2015 ainda estremeceu as bases astuciosas das quais o país culturalmente se firma porque a redação focava a “violência contra a mulher e uma perspectiva de direitos humanos” e no exame havia uma assertiva da escritora e filósofa Simone de Beauvoir na obra "O Segundo Sexo" (1967):

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino

Simone de Beauvoir. O segundo Sexo. 1967. (BEAUVOIR, 1967, p. 09).

Assistimos e participamos das discussões sobre esta peculiaridade do ENEM 2015 nos meios de comunicação e nas redes sociais, muitas vezes discursos misóginos e machistas sobre, inclusive, da legitimidade da temática da violência contra a mulher. Esta situação já evidencia a importância e premência do debate em torno de questões relativas à condição da mulher

Estatisticamente no mundo, a violência é um tema característico da vida da mulher. Seja simbólica ou real, em maior ou menor intensidade, ela está presente em todos os lugares independentemente da categoria social na qual as mulheres estão inseridas. No Brasil, em especial, tendo em vista o crescente número de violência praticada contra elas, apesar do maior acesso à educação no decorrer dos anos, supomos que não foi por mera coincidência que o tema virou assunto de exame nacional tornando público à vida de opressão que as brasileiras estão sujeitas.

Em torno da repercussão sobre o tema da redação do Enem 2015, a professora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) Debora Diniz<sup>1</sup> revela:

isso tem implicações imediatas para a vida concreta das mulheres e das meninas. Quando o Enem lança um tema como esse e a repercussão que tem são apenas um alerta de que nós temos, com muita urgência, falar de gênero, falar de igualdade entre homens e mulheres nas escolas.

Dentro dessa conjuntura, destacamos em especial uma singular condição: o da mulher com deficiência. Contrariamente a mulher sem deficiência, não podemos evidenciar tamanha vida de violência na qual a mulher com deficiência está submetida, pois de acordo com os estudos levantados em: *La mujer en el mundo, 2010: Tendencias y estadísticas*, Mapa de violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil, Relatório Mundial sobre a Deficiência (2012) e Conselho Estadual dos Direitos da Mulher-RJ (1992), não há dados estatísticos atuais para comprovar a sua condição de dupla vulnerabilidade como apontado em algumas pesquisas. Tendo em vista os atributos do gênero (cis) e da deficiência, particularmente, compreendemos a condição da mulher com deficiência como uma dupla estigmatização.

O estigma evidencia processos de controle social e relações de poder, na medida em que um atributo diferenciador e, especialmente sua significação socialmente partilhada, levam os estigmatizados a situações de descrédito e, muitas vezes, na vivência cotidiana dos preconceitos. As pessoas com deficiência sofrem agudamente processos de estigmatização sendo reduzido às suas limitações.

Com ironia Goffman (2012 p. 139) pontua que em determinado sentido nos EUA dos anos 1950 havia um tipo de identidade valorizada:

num sentido importante só há um tipo de homem que não tem nada do que se envergonhar: um homem jovem, casado, pai de família, branco, urbano, do Norte, heterossexual, protestante, de educação universitária, bem empregado, de bom aspecto, bom peso, boa altura e com um sucesso recente nos esportes. Todo homem americano tende a encarar o mundo sob esta perspectiva.

---

<sup>1</sup> 'Acerta o Enem', diz especialista sobre o tema da redação. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/10/o-enem-acertou>>. Acesso em 26 de junho de 2016.

Para Magalhães (2005, p. 202) mesmo que tal padrão tenha sofrido modificações ainda há uma noção “homem” e “mulher” que são hipervalorizados:

No caso brasileiro, qual seria o padrão identitário mais valorizado? Existe um padrão mais valorizado? Por exemplo, certamente não é a mulher, negra, nordestina e deficiente mental porque são grupos não hegemônicos. O poder - difuso nas instituições e interações sociais - dita subliminarmente que *identificação* e *diferenciação* compõem a identidade mais adaptada à manutenção do status quo.

Neste sentido um estudo sobre a condição “mulher com deficiência” parece fazer emergir processos de dupla estigmatização.

Com base nestas argumentações iniciais este artigo - em ensaio de cunho teórico - tem como objetivo geral analisar a condição da mulher com deficiência na sociedade evidenciando que a mulher vivencia processos de dupla estigmatização.

Está dividido em quatro partes, após esta introdução. Na primeira mostramos dados estatísticos com relação a mulheres e mulheres com deficiência no Brasil e no mundo com vistas a contextualizar a condição feminina. Na segunda parte discutimos o conceito de estigma para no seguimento discutir a condição da mulher e sua dupla vulnerabilidade. No final as considerações finais na perspectiva de apontar novos estudos.

## **Mulheres e mulheres com deficiência:**

### **Dos números às condições de vulnerabilidade**

Para entendermos o lugar da mulher no mundo, precisamos traçar um perfil com base em dados estatísticos que, quantitativamente, irá contornar a sua identidade. Desse modo, serão utilizadas informações oriundas de organismo cujo objetivo é a apresentação da mulher a partir de informações que buscam caracterizá-la como um ser de vivências e de relações sociais. A princípio, será

utilizado como base de análise a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (1995) e *La mujer en el mundo, 2010: Tendencias y estadísticas (2010)*.

No ano de 1995, os governos participantes da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher se reuniram em Pequim com o intuito de fazer avançar os objetivos da igualdade, do desenvolvimento e da paz para todas as mulheres em todos os lugares do mundo, como interesse de toda a humanidade. Para avaliar o cumprimento dos objetivos que foram lançados, a cada cinco anos a Organização das Nações Unidas (ONU), apresenta o relatório de mulheres no mundo como também proposto na Plataforma de Ação de Pequim.

*La mujer en el mundo, 2010: Tendencias y estadísticas*, versão em Espanhol, é o mais recente documento oficial disponibilizado que, com base em dados estatísticos e análises de organismos nacionais e internacionais, apresenta a situação atual e as mudanças que ocorreram ao longo do tempo não apenas às mulheres no mundo, mas para os homens. Tendo em vista as diversas áreas de política geral consideradas pelo relatório, aqui, interessa-nos informações que constam em: *Población y familias, Educación e Violencia contra la mujer*.

Na primeira área, população e famílias, afirma-se que por volta de 1950 e 2010 a população mundial triplicou chegando a quase 7 bilhões de pessoas. Há aproximadamente 57 milhões de homens a mais que mulheres. Na área da educação, interessa-nos que dois terços dos 774 milhões de adultos analfabetos em todo o mundo são mulheres. Essa proporção vem se mantendo pelo menos durante os últimos 20 anos na maioria das regiões. Por último, no que diz respeito à violência contra a mulher “es un fenómeno universal”. Dentro ou fora de casa, as mulheres são submetidas a diferentes formas de violência: Física, sexual, psicológica e econômica. A taxa de violência física cometida contra as mulheres pelo menos uma vez ao longo da sua vida varia nos pontos percentuais, sendo que mais de 59% depende do lugar onde elas vivem (*LA MUJER EM EL MUNDO, 2010*).

A taxa de violência física cometida contra as mulheres pelo menos uma vez ao longo da sua vida varia nos pontos percentuais, sendo que mais de 59% depende do lugar onde elas vivem.

De modo geral, em número menor, longe dos bancos escolares e vítimas da violência, podemos brevemente traçar um perfil identitário sobre a mulher e o seu lugar no mundo. Em nossa realidade, como será que a mulher brasileira é delineada pelos dados estatísticos? Seremos maioria dentre a população? Temos um melhor acesso à educação? Fazemos parte da terrível realidade de violência, assim como as demais mulheres no mundo?

Com base nas estatísticas de gênero, “Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010”, especificamente no Brasil, há 96 homens para cada 100 mulheres. Em todas as unidades da Federação da Região Norte e no Mato Grosso há uma razão maior que 100 o que eleva o número de homens em relação às mulheres. Nas demais Unidades, as mulheres caracterizam-se pela maior quantidade.

No que diz respeito à educação, houve um avanço na escolarização das mulheres. Em 2010, homens e mulheres apresentavam taxas de analfabetismo em proximidade: 9,1% entre as brasileiras e 9,8% entre os brasileiros. Abramo (2007, *apud* IBGE, 2010, s/p) justifica que a entrada das mulheres no mercado de trabalho fez diminuir as barreiras tradicionais transformando lentamente os padrões culturais de gênero. Com a redução da taxa de fecundidade foi possível elevar continuamente os níveis de escolaridade das mulheres nas últimas três décadas. Todavia, a taxa de analfabetismo entre as mulheres com 60 anos ou mais chega a 27,4% enquanto que os homens na mesma faixa etária compreendem 24,9% dos analfabetos.

Se as mulheres brasileiras somam a maioria da população e o acesso à escola é ofertado em número elevado, o Mapa de violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil colocará o Brasil na vergonhosa e pouco recomendável 5ª posição dentre 83 países. Evidenciando os índices excessivos e alarmantes da violência que sofre a mulher brasileira em comparação as mulheres de outras nacionalidades, os registros do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) denunciam que, dentre o período de 1980 e 2013, houve um crescente ritmo no número de vítimas por homicídio. "Efetivamente, o número de vítimas passou de 1.353 mulheres em 1980, para 4.762 em 2013, um aumento de 252%. A taxa, que

em 1980 era de 2,3 vítimas por 100 mil, passa para 4,8 em 2013, um aumento de 111,1%" (WASELFSZ, 2015, p. 11).

Esclarecendo sobre a dimensão da opressão relacionada ao corpo que representa o feminino, Waiselfisz afirma:

A violência contra a mulher não é um fato novo. Pelo contrário, é tão antigo quanto a humanidade. O que é novo, e muito recente, é a preocupação com a superação dessa violência como condição necessária para a construção de nossa humanidade. E mais novo ainda é a judicialização do problema, entendendo a judicialização como a criminalização da violência contra as mulheres, não só pela letra das normas ou leis, mas também, e fundamentalmente, pela consolidação de estruturas específicas, mediante as quais o aparelho policial e/ou jurídico pode ser mobilizado para proteger as vítimas e/ou punir os agressores (2015, p. 7).

No Brasil ou no mundo, até o presente momento, delineou-se uma distinção básica que permitiu entender o lugar em que as mulheres ocupam no mundo. Em pleno século XXI, independente de serem brasileiras ou não, em sua maioria elas ainda se encontram sob a violência de gênero. Se, ao contrário de muitos outros países, o Brasil vem oportunizando a entrada das mulheres nos espaços acadêmicos, ou seja, possibilitando o acesso à educação, ainda não se fez por esse a percepção do contexto social, histórico, político, cultural, econômico ou mesmo religioso em que a mulher brasileira está inserida. A educação ainda não se configura como defendia Paulo Freire (1987), em libertadora às mulheres.

No decorrer deste artigo pretendemos o uso de dados estatísticos cujo objetivo é desvelar as principais características da pessoa com deficiência em geral e da mulher com deficiência em particular. Dessa forma serão utilizados o Relatório Mundial sobre a Deficiência, publicado originalmente no ano de 2011, com tradução para o Português em 2012, o Estudo 2010 de Carga Global da Doença publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA; 2015), e a Cartilha do Censo 2010 – Pessoa com Deficiência publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Compreendida como um tema central na área de direitos humanos, a deficiência alcança o princípio de que todas as pessoas "nascem livres e iguais em dignidade e direitos" (UNIC, 2009, p. 4). Dessa forma, é assegurado que nenhum tipo de discriminação terá respaldo político, jurídico, internacional ou



territorial, na infração do direito em desfrutar de todas as condições que o ser humano com ou sem deficiência necessita para desenvolver na vida os seus talentos e aspirações.

No Relatório Mundial sobre a Deficiência (OMS, 2012), o Presidente do Grupo Banco Mundial, Robert B. Zoellick juntamente à Diretora General da Organização Mundial da Saúde, Dra. Margaret Chan fizeram saber:

Mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo convivem com alguma forma de deficiência, dentre os quais cerca de 200 milhões experimentam dificuldades funcionais consideráveis. Nos próximos anos, a deficiência será uma preocupação ainda maior porque sua incidência tem aumentado. [...] Em todo o mundo, as pessoas com deficiência apresentam piores perspectivas de saúde, níveis mais baixos de escolaridade, participação econômica menor, e taxas de pobreza mais elevadas em comparação às pessoas sem deficiência.

Considerando a estimativa de que 15% do total da população mundial vivem com algum tipo de deficiência, dois fatores interessam à pesquisa. Primeiramente, conforme os dados fornecidos pelo Estudo 2010 de Carga Global da Doença, 2015, apesar do visível progresso no aumento da expectativa de vida ordinária, a prevenção e o tratamento das doenças e lesões que inabilitam o ser humano pouco ou insatisfatoriamente puderam acompanhar o respectivo avanço. Para Melo e Nogueira, "as pessoas estão vivendo mais, porém perdendo mais anos de vida sadia em consequência de incapacidade ou deficiência" (2015, p. 14).

Em segundo lugar, ainda que os resultados obtidos pela Pesquisa Mundial de Saúde e a Carga Global de Doenças se distanciem no que diz respeito à deficiência entre os sexos, pois, segundo os dados do Relatório Mundial sobre a Deficiência (2012) as estimativas sobre prevalência de deficiências, à primeira, se apresentam como 11% mais altas entre as mulheres do que entre os homens, enquanto que à segunda, as estimativas citam a prevalência de deficiência entre mulheres em torno de 60% superior ao sexo oposto, podemos afirmar de toda maneira, as mulheres são quantitativamente superior ao número de homens com deficiência. Desse modo, também são elas que, "apesar da expectativa de vida mais prolongada que os homens, perdem mais anos de vida sadia em função de incapacidade ou deficiência" (MELO; NOGUEIRA, 2015, p. 15).

No que diz respeito à nossa realidade, em diálogo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) - proclamada em 1948 – acatado pela Constituição Federal (CF) de 1988, o Estado brasileiro assume, por meio de tratamento igual, o dever legal em garantir a todos os cidadãos e a todas as cidadãs do país, seja individual ou coletivamente, a realização dos direitos estabelecidos, desconsiderando por sua vez qualquer natureza em que se apresente discriminação à condição sustentável do ser humano. Assim, como se caracterizam as pessoas com deficiência no Brasil?

Conforme a Cartilha do Censo 2010 – Pessoa com Deficiência que apresenta em suas pesquisas um recorte sobre as características gerais da população, religião e pessoas com deficiência, 23,9% das pessoas residentes no país ou 45.606.048 dos indivíduos afirmaram possuir pelo menos uma das categorias investigadas: visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. Acresce que dessa população 38.473.702 vivem em áreas urbanas e 7.132.347 nas áreas rurais. Na distribuição por idade, "a deficiência, de todos os tipos, teve maior incidência na população de 65 ou mais anos, mostrando o processo de envelhecimento e a conseqüente perda de funcionalidades" (2012, p. 7). Por sexo, a população feminina superou a masculina. Enquanto que 19.805.367 (21,2%) das pessoas com deficiência são homens, 25.800.681(26,5%) são mulheres.

O Censo 2010 mostra que:

a razão de sexo para a população brasileira foi de 96,0 e para a população com deficiência foi de 76,7. Esses valores indicam que, para cada 100 mulheres na população total brasileira, existiam 96 homens. Para o segmento populacional da pessoa com deficiência, para cada 100 mulheres existiam 76,7 homens. Esses indicadores refletem o conhecido fato de que os homens morrem mais cedo do que as mulheres, o que ocorre com frequência muito mais alta no segmento das pessoas com deficiência (CARTILHA DO CENSO 2010, p. 09)

Considerando que diversos outros fatores podem ser apurados para a caracterização da mulher com deficiência no Brasil, como no caso da sexualidade, raça, crença, classe social, dentre outros, importa neste instante que, corroborando com a idéia global, pode se afirmar: No Brasil além de mulher, a idosa (com 65 anos ou mais) constitui o maior grupo de pessoas com deficiência.

A população feminina superou a masculina em 5,3 pontos percentuais, o correspondente a 19.805.367 (21,2%) homens e 25.80.681(26,5%) mulheres. Com relação à escolarização das mulheres com deficiência informam:

(...) comparando os dados do Censo de 2000 e de 2010, observa-se que a taxa de analfabetismo para a população com deficiência caiu de 13,6% para 9,5% na década. A queda foi mais acentuada na população feminina, que caiu de 13,5% para 9,3%, enquanto que para a população masculina a taxa caiu de 13,8%, para 9,9% (CARTILHA DO CENSO, 2010, p. 14).

Na área da educação, o Relatório Mundial sobre a deficiência (2012) realizada em 51 países, evidencia que assim como a realidade das pessoas sem deficiência, onde os anos de escolaridade dos homens são maiores do que o das mulheres, os homens deficientes também passam mais tempo na escola do que as mulheres com deficiência. Em média temos 5,96 versus 7,03 para os homens e 4,98 versus 6,26 às mulheres. Doutra forma, compara-se que 50,6% dos homens com deficiência completaram o Ciclo Fundamental enquanto que os homens sem deficiência chegam 61,3%. Conforme os relatos das mulheres com deficiência 41,7% afirmaram ter concluído o Ciclo Fundamental em comparação aos 52,9% das mulheres sem deficiência.

Não fugindo à regra, o Brasil também compreende a similaridade entre os meninos e as meninas que acessam a escola. Todavia, elas com ou sem deficiência (97,1%) possuem maior nível de frequência escolar que os meninos (96,7%), com exceção à deficiência mental/intelectual. Apenas 77,3% dos meninos e 75,9% das meninas com deficiência mental/intelectual tiveram acesso à educação formal, enquanto 67,6% dos meninos e 69,7% das meninas de 6 a 14 anos de idade com deficiência motora severa estavam distantes da escola. O que corrobora, de acordo com as pesquisas, “a constatação da existência de fortes desafios à acessibilidade a serem superados no trajeto entre o domicílio e a escola e no interior desta” (IBGE, 2014).

Em relação à violência, o Relatório Mundial sobre a Deficiência (2012) afirma que de acordo com pesquisas realizadas nos Estados Unidos, as pessoas com deficiência estão num patamar de vulnerabilidade de 4 a 10 vezes maior que as pessoas sem deficiência. Se tratando de homens e mulheres com deficiência intelectual constatou-se uma maior prevalência de abuso sexual. Apesar da

escassez, os dados disponíveis evidenciam o alto índice de violência contra as mulheres deficientes se comparado aos homens com deficiência (INWWD, 2011). Para a Organização das Nações Unidas<sup>2</sup>:

Mulheres e meninas com deficiência são particularmente vulneráveis a abusos. Pessoas com deficiência são mais propensas a serem vítimas de violência ou estupro, e têm menor probabilidade de obter ajuda da polícia, a proteção jurídica ou cuidados preventivos.

É importante considerar que, em razão da intensa discriminação que sofrem as mulheres com deficiência, ainda que vítimas do mesmo tipo de violência que as demais mulheres, que a incidência de abuso e maus-tratos exceda àquela que atinge as mulheres sem deficiência, que sejam vítimas de tipos de abuso que não passam as mulheres sem deficiência e que a natureza e os tipos de violência acometida contra a mulher com deficiência sejam ignorados em pesquisas sobre a violência contra a mulher, ela não é reconhecida como uma agressão baseada no gênero:

A violência contra mulheres e meninas com deficiência não só é um subconjunto da violência baseada no gênero, como também é uma categoria intersectorial relacionada com a violência baseada no gênero e na deficiência. A confluência destes dois fatores resulta em um risco extremamente alto contra mulheres com deficiência (INWWD, 2011, p. 2).

Os dados mais recentes que se pode acessar sobre a situação de vulnerabilidade da mulher com deficiência no requisito violência, foram apontados pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher-RJ que publicou, no ano de 1992, o trabalho “Reflexão sobre a Condição da Mulher Portadora de Deficiência” constituído por uma série de artigos divulgados pela DisAbled Women's Network/Réseau d'action des Femmes Handicapées Du Canada (DAWN/RAFH) no ano de 1989. Ligado às questões feministas, o estudo versava sobre as necessidades das mulheres portadoras de deficiência da época.

No relatório divulgado pela *The International Network of Women with Disabilities* (2011), Violência contra Mulheres com Deficiência, consta uma pesquisa sobre a violência doméstica onde as mulheres com deficiência foram vítimas de abuso emocional, físico e sexual cometidos por atendentes pessoais e

---

<sup>2</sup> A ONU e as Pessoas com deficiência. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em 15 de junho de 2016.

por provedores de cuidados de saúde (abuso emocional e sexual). Não obstante, também apresentou os mais altos índices de abuso emocional cometidos por estranhos e membros da família. Nele ainda se pode destacar a denuncia do seguinte pensamento:

Alguns tipos de violência contra mulheres com deficiência não são imediatamente percebidos como violência porque são legais e aceitos pela sociedade. Isto se apresenta especificamente verdadeiro nas intervenções psiquiátricas e institucionalizações forçadas [22]. Estes atos de violência são cometidos sob autoridade legal do Estado em consequência de uma política governamental discriminatória e errada, e não há possibilidade de reparação, o que reforça a mensagem que toda violência transmite à vítima: 'as mulheres não têm poder (The International Network of Women with Disabilities, 2011, p. 5).

Em nosso caso, o mais recente Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil sequer considera o termo deficiência no corpo do documento. Totalmente invisibilizadas, sem parâmetros estatísticos que apontem o seu lugar no mundo da violência regada às mulheres, a mulher com deficiência segue inexistente, amordaçada num processo profundo e contínuo de violência e opressão canalizado pelo corpo que, como em maldição, é a sua própria fonte de vida. Para além de mulher, com deficiência, ela segue na espreita de uma condição possível à construção de uma nova identidade, que a fará por teimosia insistir e resistir neste enorme campo de batalha que se chama mundo.

### **Estigma e deficiência: análise conceitual**

Definir o estigma não é uma simples tarefa. Primeiro, deve-se compreender a razão de sua função, ou seja, seus fundamentos, a realidade na qual se faz. Tendo em vista que ambos partem de um real concreto, a relação que se estabelece entre pesquisadora (o) e o seu objeto de estudo pode não ser uma simples tarefa para se manter o devido distanciamento.

Não é cômodo desempenhar o papel dialógico e necessário para compreender a estrutura das relações sociais que se conectam ao conceito, que são ordenadas pelo estigma, ainda que conscientes ou não. Por mais claro que aparente, destrinchar o emaranhado sobre o termo fará com que a pesquisadora (ou o pesquisador) se ponha defronte às diversas situações conflitantes do dia a dia que, sem dúvida, poderá se configurar numa relação excepcional e intrínseca com a sua proposta de pesquisa.

O estigma é um conceito que pode ser encontrado, amplamente, nos estudos em relação à perspectiva social da deficiência. Isso em razão do mesmo se apresentar como um atributo que, conforme Goffman (2012) em determinada linguagem de relações, irá depreciar profundamente o indivíduo que o possui. Tanto o é que o próprio atributo confunde-se com a visão totalizadora, ou seja, estereotipada do ser. Dessa forma, não se pode negar que a pessoa deficiente carrega consigo uma marca social que, principalmente em evidência, a torna uma criatura desacreditada - E quando esse corpo e essa voz se dizem femininas?

Ao contrário do que permite os estudos sobre a deficiência, o estigma sequer é uma criação da modernidade. Todavia, foi apenas em meados do século XX que um sociólogo e canadense, considerado um dos maiores pensadores da sociologia norte americana, reuniu esforços para realizar o que nunca antes os estudiosos se propunham: Descrever as precondições estruturantes do estigma e mesmo elaborar uma definição sobre o conceito.

Em breves considerações, no berço de uma família de Judeus imigrantes da Ucrânia, Erving Goffman nasceu no ano de 1922 em Manville, uma pequena cidade do Estado de Alberta. No ano de 1939, iniciou a sua formação em Química pela Universidade de Manitoba, onde gradativamente foi se direcionando à área da sociologia. Assim que, em 1944, ingressou na Universidade de Toronto e pela influência acadêmica dos professores Willian Hart e Ray Birdwhistell contatou, pela primeira vez, autores como Durkheim, Radcliffe-Brown, Loyd Warner, Freud e de Talcott Parsons que sustentaram a sua formação intelectual (Jacobsen, 2010a e b; Trevinõ, 2003, pp. 6-8; Winkin, 1988, pp. 21-22; Smith, 2003, pp. 3-10; Fine e Manning, 2003, pp. 34-42, *apud* MARTINS, 2011).

Historicamente, o termo estigma é analisado por Goffman (2012, p. 12) como uma criação dos antigos gregos. Esses que tinham bastante conhecimento sobre recursos visuais o criaram para referenciar os "sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava". Dessa forma, se reconheciam pessoas escravas, criminosas ou traidoras. Ou seja, aquelas que, ritualmente poluídas, era preciso evitar, especialmente, em lugares públicos.

De acordo com o autor, no perpassar do tempo, novos sentidos foram sendo adquiridos pelo termo. Assim, se na era cristã o estigma fora interpretado como "sinais corporais de graça divina que tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele" (GOFFMAN, p. 11, 2012), mais tarde, na perspectiva médica, referia-se a sinais corporais de distúrbios físicos. Hoje em dia, "o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém mais aplicado à própria desgraça" (GOFFMAN, p. 11, 2012).

Compreendido por essa marca social profundamente depreciativa, é preciso elucidar o sentido determinado pela sociedade à sua existência, afinal, para que serve o estigma? Vejamos que justamente pelo sentido configurado socialmente, é que, tão logo, não deve haver dúvidas de que o estigma é real. Desse modo, para entendermos a função social do estigma, é preciso considerar três pontos fundamentais: a sua definição, os tipos de estigma conceitual e qual o seu impacto na vida das pessoas, como apresentamos no seguimento.

Goffman (2012) apresenta algumas noções preliminares sobre a sua concepção. Fundamentalmente, tomemos por base o pensamento descrito abaixo:

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com "outras pessoas" previstas sem atenção ou reflexão particular. Então quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua identidade social (pp. 11-2).

Noutras palavras, o autor considera que é comum à qualquer organização dinâmica de indivíduos padronizar não somente os espaços, mas propriamente as

peças que neles deverão estar inseridas ao cumprimento do que delas também se espera. A (o) leitora (o) pode se questionar, qual a razão dessa padronização social? Mais precisamente, qual a relação entre os padrões que a sociedade estabelece e o conceito de estigma? A partir desse momento, será traçada uma linha de raciocínio para tentar justificar a importância de se considerar os padrões estabelecidos socialmente e a sua conexão à estigmatização.

Norbert (1994) aponta que, indissociavelmente complementares, a psique humana, a sociedade humana e a história humana possuem estruturas que só podem ser estudadas em conjunto. Assim que, o estigma, como uma constituinte social, intimamente relacionada com a humanidade, portanto, terá de ser analisado não apenas como um sinal menoscabado, mas dentro de um contígua funcional, histórico, político e cultural da sociedade. Desse modo, teremos por conta o seguinte princípio:

Todas as formas de vida mantêm-se em seu meio ambiente natural; assim é que todos desempenham atividades com o propósito de apoderar-se de produtos naturais em seu próprio proveito. [Dessa forma] a espécie humana partilha com as demais atividades de atuar sobre a natureza de modo a transformá-la para melhor satisfazer suas necessidades (BRAVERMAN, 1987, p. 49).

Antes de mais, é importante ter a idéia clara de que essa perspectiva de sobrevivência no meio natural frisando, especialmente, o trabalho para satisfação das necessidades, caracteriza-se pela consciência e propósito, ou seja, uma concepção proveniente do poder do pensamento conceptual, compreendido também como mecanismo regulador do trabalho e fundamento diferenciador entre o ser humano e os outros animais (BRAVERMAN, 1987).

Diante desse caráter, a sociedade será concebida por uma organização de seres humanos que, em comum acordo, primam pela sobrevivência da espécie, desenvolvendo, nesse sentido, o pensamento e a ação para transformar o meio no qual estão inseridos conforme os próprios impulsos orgânicos. Por esse determinante biológico primário, que a sociedade deve ser entendida pela disposição consensual para garantir as condições de vida dos indivíduos, ou seja, a continuidade natural dos seres considerando, sobretudo, os costumes, valores e instituições sociais construídas ao longo dos tempos. Como assevera Elias:



A sociedade, como sabemos, somos todos nós; é uma porção de pessoas juntas. [...] Ela só existe porque existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e no entanto sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular (NORBERT, 1994, p. 13).

Outros corroboram que o sentido da sociedade é a retratação de imagens dos diferentes agrupamentos humanos, das interações e da história dos homens e das mulheres (ALBUQUERQUE, 1999). Por essas percepções sociológicas é que, inevitavelmente, pode-se afirmar o ser humano é um ser social, ou seja, a sua existência é justificada pelo papel que se imprime nas relações estabelecidas em sociedade. Essa, por sua vez, definirá qual o papel que o indivíduo irá desempenhar, a razão em desempenhá-lo, o local para cumprimento desse dever, as pessoas com quem poderá desenvolver suas relações e todos os determinantes necessários para o respectivo funcionamento da sociedade. Para tanto, Bock (2001) esclarece:

A atividade de cada indivíduo, ou seja, sua ação particular, é determinada e definida pela forma como a sociedade se organiza para o trabalho. Entendido como a transformação da natureza para a produção da existência humana, o trabalho só é possível em sociedade. E um processo pelo qual o homem estabelece, ao mesmo tempo, relação com a natureza e com os outros homens; essas relações determinam-se reciprocamente. Portanto, o trabalho só pode ser entendido dentro de relações sociais determinadas. São essas relações que definem o lugar de cada indivíduo e a sua atividade. Por isso, quando se diz que o homem é um ser ativo, diz-se, ao mesmo tempo, que ele é um ser social.

Esse papel social, entendido pelo trabalho a ser exercido pelo ser humano fundamentado para além da sua existência, em razão de uma extensão configurada na sociedade pela sobrevivência da espécie, justificará para além dos padrões sociais, mas a própria identidade do ser. Transformador do meio por uma questão de sobrevivência, o ser humano depende, portanto, do trabalho para existir, para ser, para construir a sua identidade. Se não há trabalho, não há ser humano, não há vida. Entretanto, há sociedade. Ela independerá como antes afirmado por Norbert (1994) da existência particular do indivíduo.

A sociedade ao ser justificada pelo trabalho desenvolvido pelas pessoas, senão oportuniza trabalho para o ser, esse não pode se configurar pela humanidade. Falta-lhes, pois a humanização do trabalho ou o reconhecimento do

sentido de sobrevivência. Apontando que ao nascer, todo ser humano necessita de pelo menos uma pessoa para sobreviver, Lane (2006, s/p) enfatizará ainda mais a significação do social quando demonstra, "toda a sua vida será caracterizada por participações em grupos, necessários para a sua sobrevivência, além de outros, circunstanciais ou esporádicos, como os de lazer ou aqueles que se formam em função de um objetivo imediato".

Em respeito às padronizações estabelecidas pela sociedade, imaginemos o que pode haver de mais comum em sua estrutura. Por exemplo, no Brasil, é comum à nossa sociedade edificações institucionais, profissionais aptos ao trabalho nesses espaços, além dos comportamentos em conformidade às normas vigentes para atuação e permanência nos ambientes específicos. No caso, pensemos a escola. Faz parte da conjuntura dessa instituição educacional: horários, atividades, procedimentos, regras ao seu funcionamento. É "normal" que nela encontremos estudantes, profissionais da educação, pessoas responsáveis pela limpeza e manutenção do ambiente, pois dessa maneira, a sociedade entende o seu corpo funcional.

Como ambiente social, a escola categoriza as pessoas, seus atributos, possui rotinas de relações entre os pares, é um espaço de construção de identidade, configurando-se numa ordem funcional pré-estabelecida pela sociedade. Dentre inúmeras outras possibilidades de padronização, Lane (2006) aponta o fato de que, essencialmente, para todas as relações sociais existentes em determinada sociedade como, por exemplo, amizade, namoro ou de circunstanciais interações, balconista e freguesia, "existem expectativas de comportamentos mais ou menos definidos e quanto mais a relação social for fundamental para a manutenção do grupo e da sociedade, mais precisas e rígidas são as normas que a definem" (s/p). Vejamos a situação relatada por Magalhães e Cardoso:

Certa feita, uma professora universitária estava com viagem marcada para um carnaval em Salvador (BA). Uma de suas ex-orientandas, ao saber do fato, perguntou a uma amiga: "E a professora, dança?". A pergunta não era irônica, mas revelava, sobretudo, perplexidade. Por que "dança" e "docência" pareciam incongruentes para quem formulou a indagação? O papel de docente/orientador parecia não se compatibilizar com o de folião. Tratava-se de uma situação que rompia determinada expectativa relacionada a uma identidade social. Um rompimento com o

estereótipo de “professora”, que tende a circunscrever determinadas condutas como peculiares a essa profissão e, assim, limitar papéis sociais (2010, p. 46).

Diante da perspectiva de representação do papel social que o indivíduo deve desempenhar, é possível que, conforme Magalhães e Cardoso (2010) haja uma quebra de paradigma. Por essa ruptura pode-se compreender a importância dos padrões de alicerce social. Todavia, se por um lado, o desenvolvimento de modelos ou padrões considerados corretos permitem a inserção num contexto histórico, desde o primeiro momento de vida do indivíduo, constituindo-se assim como práticas essenciais e valorizadas pela sociedade, por outro, o indivíduo que se indispor a segui-los sofrerá com a intervenção direta ou indireta dos "outros" - Retornemos ao exemplo acima sobre a docência que desviara do padrão normativo.

Conforme Lane (2006) ao se falar "em 'dar o direito', significa que a sociedade tem normas e/ou leis que institucionalizam aqueles comportamentos que historicamente vêm garantindo a manutenção desse grupo social". Intrínseco ao funcionamento social, Goffman (2013) ainda pondera que a interpretação do mundo dada pelo grupo que atua de modo a manter seus participantes tanto dá a eles a definição autojustificadora de sua situação, quanto uma interpretação preconceituosa aos não-participantes.

Devemos salientar que essas relações de linguagens são todas justificadas pela sustentação dos estabelecimentos sociais. Definidos como “instituições, no sentido diário do termo [como] locais, tais como salas, conjuntos de salas, edifícios ou fábricas em que ocorre atividade de determinado tipo [conquistam] parte do tempo e do interesse de seus participantes [dando-lhes] um mundo” (GOFFMAN, 2013, pp. 15-16). Por essa tendência de fechamento, Goffman determina que existem instituições mais fechadas que outras. Aos estabelecimentos cujo “caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos”, o autor irá nomear como instituições totais. Enumeradas:

Em primeiro lugar, há instituições criadas para cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; [...] casa

para cegos, velhos, órfãs e indigentes. Em segundo lugar, há locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários. Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato; cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. Em quarto lugar, há instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justifica apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas [...] Finalmente, há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instruções para os religiosos [...] abadias, mosteiros (GOFFMAN, 2013, pp. 16-17).

Assim a normatização organizada pela sociedade em vista o contínuo da espécie revelará para Goffman (2012) o quanto transformamos as preconcepções em expectativas normativas, em exigências rigorosas ao que deveria ser apresentado pelo indivíduo à nossa frente, ou seja, a sua identidade social. Nesse sentido, evidenciará o autor:

as exigências que fazemos poderiam ser mais adequadamente denominadas demandas feitas "efetivamente", e o caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial - uma caracterização "efetiva", uma identidade social virtual. A categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir serão chamados de identidade social real (GOFFMAN, 2012, p. 12).

Esse panorama em relação à estrutura ou padronização social é importante para que se possa entender que as relações estabelecidas na sociedade não apenas dispõem da construção de identidades dos indivíduos, seja real ou virtual, como afirma Goffman (2012), ao mesmo tempo em que as tornam exigências rigorosas, mas para revelar que, ao não se apresentar em conformidade às demandas de normalidade social predeterminadas ao que se é avaliado para o funcionamento da sociedade – lembremos que, em sua gênese, os padrões estabelecidos são comuns e necessários -, o indivíduo assumirá a condição de um ser à margem social, um ser que não se “encaixa” – o que, contrariamente, diz-se desnecessário e desumanizador:

Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e

constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 2012, p. 12).

Bock (2001) sustenta que, "para compreender alguém, é necessário resgatar sua história pessoal, que está ligada à história de seus grupos e da sociedade em que vive". Para nós, compreender a pessoa estigmatizada tem-se, justamente, por esse resgate perpassado pela história do indivíduo, que parte do coletivo à macro perspectiva social. Por isso - apesar da inversão na ordem, tendo em vista que iniciamos pelo complexo da sociedade - buscamos por uma breve investigação fazer conhecer que o atributo profundamente depreciativo, como indica Goffman (2012), possui raízes histórica e cultural relativa a concepção humana do ser. Evidenciamos a relação entre "identidade" e "estigma".

O sentido social posto ao estigma dar-se-á, em particular, a noção do não pertencimento ao meio que, por sua vez, vem se caracterizando desde o mais remotos dos tempos em desumanização. Nesse constructo humano, o estigma não apenas determina e é determinado pela composição das relações sociais, como também define propriamente o indivíduo, ou a sua identidade.

Portanto, se antes, especificamente, detemo-nos a percepção de que o estigma corresponde às relações sociais, ou seja, possuidor de estreita ligação às condições primitivas de sobrevivência, característica da vida em sociedade, neste momento, deve-se ponderar sobre a questão identitária. A identidade, também apresentada como uma constituinte social, de realização humana, traduz-se como um componente fundamental na abordagem sobre o estigma.

Para se discutir a relação entre identidade e estigma é imprescindível considerar a existência de uma base comum a todas as formas de manifestação para ser e estar humano, independente da posse do estigma. Cada pessoa se constitui, fundamentalmente, pelo que se vem configurando desde o momento inicial do estudo e que Martins agora traduz:

Nas sociedades primitivas, tendo em vista as difíceis condições de vida, a necessidade de deslocamento constante e a dependência da natureza para a alimentação, abrigo e sobrevivência, era comum a eliminação dos membros fracos, velhos, doentes, feridos graves e deficientes. Este extermínio decorria do fato de não poderem participar das atividades coletivas voltadas para a sobrevivência material, assim como para a defesas pessoal e da comunidade (2015, p. 13).

Assim, todo e qualquer ser humano pelas características que apresenta, sejam elas biológicas ou derivações do social, não pode fugir ao princípio histórico da vida humana que se justifica pelo sobreviver. Assim nenhuma identidade pode escapar à relação de poder, na medida em que "interações, interesses e relações de poder presentes na sociedade influenciam a forma de o sujeito constituir-se como pessoa no mundo" (MAGALHÃES; CARDOSO, 2010, p. 48),.

Machado e Dornelles (2007) ainda reforçam que, se por um lado, o trabalho é compreendido como uma categoria fundante ao ser social, na medida em que esse não apenas interage com o ambiente natural, mas consigo e os demais, além de construir subjetiva e objetivamente a realidade, por outro, a relação entre o ser e o trabalho terá efeito de grande importância na construção da identidade.

Dentro do contexto, uma possível definição para a identidade será atribuída pela imagem que ao longo da vida, e em relação ao trabalho, o indivíduo adquire referente a ele próprio. Essa imagem que construída por ele e apresentada aos outros e a si, o faz acreditar na sua própria representação, além de ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992). Todavia, esse sentido é, conforme aponta o autor, superficial. Ao que indica:

Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro. Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros (POLLAK, 1992, p. 5).

Como podemos observar, as definições apresentadas e contrapostas por Pollak, revela que a própria concepção de identidade não se trata de um fundamento absoluto, mas passível de transformação. Se o próprio sentido identitário está livre de um modelo único de compreensão, os indivíduos também não se deixam categorizar por somente uma identidade. Sobre essas mudanças, é importante ressaltar, ocorreram na medida do tempo histórico em que se fizeram necessárias. De forma que não esqueçamos que a identidade está tanto

ligada às relações de poder quanto ao trabalho. Vejamos um exemplo significativo para que possamos perceber as respectivas transformações:

[No] capitalismo (de maneira genérica), no qual uma classe detém os meios de produção, e outra detém apenas seu trabalho como mercadoria [ou melhor] a sua própria vida, já que toda ela é conformada com vistas na formação e manutenção do sujeito enquanto trabalhador, ou seja, produtor de mais-valia [...] as identidades são construídas e percebidas do mesmo modo com que o trabalhador relaciona-se com seu processo de trabalho: de maneira alienada (MACHADO & DORNELLES, 2007, p. 116).

E assim permanecerão ao adentrarmos na vida contemporânea, pois conforme Magalhães & Cardoso (2010, p. 50) "somos convocados [...] a atuarmos dinamicamente no desempenho de cada um desses papéis que constituem nossa identidade". Em seus estudos a autora se põe a contestar: "Como [...] admitirmos a idéia de que nossa identidade é algo preconcebido e estático, a exigir-nos unicamente passividade?" (MAGALHÃES & CARDOSO, 2010, p. 50).

No caso feminino, somos, além de estudantes, mães, esposas e namoradas, gerentes de operação financeira, professoras, coordenadoras de grupos de trabalhos religiosos, e ainda bailarinas, motoristas e donas de casa. Frequentamos vários grupos sociais que exigem de nós ações e comportamentos diferentes. Desempenhamos vários papéis, todos ao mesmo tempo, agora. E não temos certeza de que esses comportamentos serão considerados apropriados daqui a algum tempo. Muda o contexto, de modo veloz e, por vezes, instantaneamente. Na fluidez da pós-modernidade mudamos nós, também.

Por assim dizer, primeiramente, vale a ressalva de que todas essas atribuições encaminhadas às mais distintas categorias sociais, dentre outras mais, podem acrescer à mulher com deficiência que, por si, traduz-se noutra complexidade cultural, noutra modo de vida, como afirmou Diniz (2012). Em seguida, nessa perspectiva da diversidade identitária, encontra-se a razão pela qual Magalhães interpreta a identidade como "um processo socialmente constituído de forma complexa, que ocorre num dado momento histórico" (2010, p. 48).

É importante considerar que em função da pós-modernidade, ainda conforme a autora, a questão da identidade vem sendo amplamente discutida nos dias de hoje. Para Bauman (2005, *apud* MAGALHÃES & CARDOSO, 2010, p. 46-47):

a centralidade dessa discussão se justifica porque a noção de identidade herdada da modernidade naufraga em um contexto fluido em que verdades (outrora inquestionáveis) são postas em xeque, e nascem novas formas de sociabilidade sob os auspícios da globalização no mundo capitalista contemporâneo. Na contemporaneidade, a tônica recai no individualismo, na solidão e na exclusão gritantes nos mais diversos contextos sociais.

Nesse sentido, se compreendida por uma "construção histórico-cultural mediada pela questão discursiva e por relações de poder", a identidade já não pode mais ser definida como "uma 'entidade' imutável e arduamente construída, mas de algo fluido e metamórfico por natureza. [...] somos um e vários", afirma Magalhães & Cardoso (2010, p. 46). Ao ser humano que construtor da própria identidade pelo trabalho que realiza no mundo, deve se sobrepôr a essência desta nova identificação. O que para Hall, 1999, Woodward, 2000 (*apud* MAGALHÃES & CARDOSO, 2010) estará caracterizada pelas mudanças constantes, rápidas e permanentes advindas pelas sociedades da pós-modernidade. Evidenciam:

No contexto da globalização, há uma conjunção de fatores econômicos e culturais que ocasionam mudanças nos padrões de consumo e produção e que influenciam na constituição das identidades. Como consequência, a constituição das identidades reflete hoje a perda sofrida pelos indivíduos do "sentido de si" [...] e de suas referências sociais e até pessoais (HALL, 1999, WOODWARD, 2000, *apud* MAGALHÃES, 2010, p. 47).

Goffman afirma que o estigma oculta uma dupla perspectiva. Assim, a pessoa estigmatizada pode estar inserida tanto numa situação de desacreditada, quanto numa situação de desacreditável ou até mesmo assumir ambas as condições. Na primeira, a pessoa estigmatizada compreende que a característica distintiva que possui é imediatamente evidente ou que já é conhecida pelo meio. À segunda, ela nem será conhecida nem imediatamente perceptível.

Desse modo, o autor menciona três tipos de estigma: as abominações do corpo, as culpas de caráter e, finalmente, os estigmas tribais de raça, nação e religião. Para todos eles, inclusive aqueles que os gregos definiam, podemos encontrar as mesmas características sociológicas:

um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma



característica diferente da que havíamos previsto (GOFFMAN, 2012, p. 14).

Considerando, na realidade, que Goffman compreender o estigma como "um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo". Explica o autor, "nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado tipo de indivíduo" (20012, p. 13). Assim, também dentro da conjuntura da identidade, dialogar sobre o estigma é pensar sobre os estereótipos. Especificamente em nosso caso, como tratamos da questão da mulher e da deficiência, delimitaremos aos exemplos das abominações do corpo, anteriormente citadas, em relação aos estereótipos.

Para que se possa percebê-lo com maior afinco, reportemo-nos, agora, à um exemplo característico e social da realidade brasileira. O que, nos dias do século XXI, poderia se revelar de modo significativo como um estigma? E como se constitui a relação entre estereótipo e estigma? Pode-nos parecer estranho, inicialmente, mas tenhamos, por exemplo, o cabelo. Como será que o cabelo, cuja importantíssima função é a proteção da cabeça contra os raios solares (ANNUNCIÇÃO, 2008), se torna uma marca profundamente depreciativa para algumas pessoas?

Longo, curto, encaracolado, crespo, cacheado, liso, branco, castanho, vermelho, colorido, novos ou velhos, a depender de muitos fatores, o cabelo pode se manifestar de diversas maneiras. Podem, inclusive, ser considerados uns mais, outros menos valorizados pela sociedade! Sim, os cabelos tem preços. Às vezes, o seu modelo é a própria representação de uma instituição. No caso, pensemos no corte específico utilizado pelos membros das forças armadas. Um cabeça raspada símbolo de força, masculinidade e poder. Dessa forma, concordamos com Gomes (s/d), o cabelo (assim como o corpo) é pensado pela cultura.

Em nossa sociedade, por exemplo, ainda é muito comum visualizar o cabelo como algo imprescindível à beleza, à saúde do corpo e da mente, principalmente, em relação à mulher. Se não o tratamos como determina o discurso hegemônico sobre os cuidados necessários para tornar os cabelos apresentáveis à sociedade, logo, não apenas o nosso cabelo, mas todas as

mulheres que vão de contra as imposições dos padrões "cabeleiros" serão, desse modo, desclassificadas, descartadas e marginalizadas. Não obstante, pode até tornar as mulheres e os seus cabelos exemplares em escravos da aparência para que nunca deixem de ser admitidas no interior da sociedade. Reparemos nos exemplos a seguir.

"Use e abuse dos óleos vegetais! Eles nutrem os fios e conferem mais 'peso', e com isso o cabelo fica mais alinhado, mais 'domado', mais tratado e mais bonito!", afirmava uma propaganda. Noutra, "Cabelo armado e com frizz? [devem se tornar] Cabelos com volume controlado e sem frizz". Nessa o texto imagético apresenta, primeiramente, um leão com sua juba indomável. Na segunda, a juba leonina amansada, domesticada e aceitável. Numa terceira, o relato: "Meu cabelo liso ressalta o melhor de mim. Por isso, gosto dele forte", na imagem, uma mulher negra segurando seus cabelos, uma prancha alisadora e os produtos químicos ditos necessários ao processo de alisamento. Pensemos, desse modo, sobre os dois extremos tipos de cabelos possíveis de diferenciação nos discursos anteriores. E por eles, como são vistos pela sociedade brasileira?

Fundamentada na ciência antropológica, Quintão explicita que pelo menos desde o século XIX características positivas vem sendo associadas ao "cabelo liso do branco europeu [...] – ao cabelo 'bom' – enquanto o cabelo crespo do negro vem sendo associado a características negativas – ao cabelo 'ruim' – categorizando crespos como inferiores a lisos" (2013, p. 17). Para Malachias, essa ideologia racista, no Brasil, é consolidada de modo eficaz, principalmente, pela escola. De modo amplo, evidencia a autora:

Para esse tipo de mentalidade, "ser negro", ao contrário do que ocorre com a condição de "ser branco", não implica valor nem positividade. A pessoa negra recebe tratamento diferenciado, sendo considerada "inferior" e passível de piadas. As características fenotípicas, como a espessura dos lábios, o formato do nariz e a textura capilar, nessa mentalidade brasileira cristalizada, tornam-se marcas relevantes para a classificação das pessoas consideradas bonitas ou feias. Assim, quem possui "características caucasianas" - pele branca, nariz afilado, lábios finos, cabelo liso – entra na categoria das pessoas bonitas e quem possui "características negroides" (nariz largo, cabelo lanudo e/ou crespo, lábios grossos) seria despojado de uma categorização positiva, não sendo considerado belo (MALACHIAS, 2007, 33).

Em seguida, ele é indissociável às relações sociais. O que incide na afirmação de que apenas por si essa marca não tem propósito algum. Logo, para existir, o estigma depende da ação comparativa entre o que é aceitável aos parâmetros normativos específicos a essa sociedade e o que não o é, sobre os indivíduos. Emerge, desse modo, a noção dos estereótipos. Na perspectiva psicossocial, os estereótipos podem ser definidos como “produtos das relações sociais que se traduzem como crença generalizada, abusiva (porque aplicada uniformemente a todos os membros de um grupo), atribuída de forma superlativa e, geralmente, com viés negativo” (LIMA, 1997; GLAT, 1998, *apud* MAGALHÃES & CARDOSO, 2010, p. 58).

Para Siqueira e Cardoso (s/d), quando os atributos não estão de acordo com o estereótipo criado pelos “normais” para um determinado tipo de indivíduo, o processo de estigmatização será caracterizado pela geração de identidades deterioradas. Nessa relação, que torna possível não somente a evidente negação do eu pelo outro, mas a distinção entre as identidades sociais, ou seja, a revelação das categorias nas quais os indivíduos estão inseridos, o estigma assumirá a razão pela qual deixamos de considerar a totalidade do indivíduo e reduzimo-o a uma pessoa estragada e diminuída (GOFFMAN, 2012).

Na precarização geral da vida, tendo em vista que as mulheres estão expostas à violência, à pobreza, às discriminações no mercado de trabalho e à precariedade dos serviços de saúde e educacionais (SANTOS, 2014), não será por acaso que, na hierarquização do mercado de trabalho, as mulheres negras ocupem as posições mais inferiores. Em geral, no Brasil, elas desempenham “atividades manuais, mal remuneradas e cansativas, como vendedoras ambulantes, empregadas domésticas, entre outras atividades pouco rentáveis” (QUEIROZ & SANTOS, 2016, p. 73).

Dessa forma, há de se pontuar dois tipos de sentidos que se mostram indissociáveis ao estigma. Se ele é configurado e utilizado nas relações sociais para depreciar profundamente o indivíduo que o apresenta, é também que, nas próprias relações sociais o estigma deverá ser repensado e, conseqüentemente, desvalido na sociedade.

Goffman (2012) defende que tendemos a acreditar que alguém estigmatizado não é por completo humano. Assim, de maneira efetiva ou sem pensar, nos propomos por vários tipos de discriminações à redução de suas chances de vida. “Construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social” (GOFFMAN, 2012, p. 15).

De acordo com o autor, além do uso cotidiano de termos específicos em nossos discursos como fonte de metáfora e representação como, por exemplo, aleijado, bastardo, retardado ou mesmo “cabelo ruim” sem sequer pensarmos em seu significado original, inclinamo-nos à inferência de “uma série de imperfeições a partir da imperfeição original e, ao mesmo tempo, a imputar ao interessado alguns atributos desejáveis mas não desejados, freqüentemente de aspecto sobrenatural, tais como ‘sexto sentido’ ou ‘percepção’” (GOFFMAN, 2012, p. 15).

Diante do contexto, aqui, a deficiência é definida tanto por sua perspectiva biológica quanto pela perspectiva social. Não devendo, portanto, ser propriamente o atributo orientador das relações sociais em detrimento ao vir a ser humano. Como já vimos, a depender dessas relações que resultará no quão o ser - não importando, pois o atributo ou a sua própria dimensão de "diferenciador" do que se compara ao "normal" socialmente, no caso, a deficiência - será identificado como humano. Nesse sentido, assim o será quando cada vez mais lhes forem ofertadas os meios de humanização ou de socialização.

Todavia, não é comum tampouco dado pelo espontâneo que essa definição de deficiência é concebida. Para Magalhães (2002), especificamente, estamos tratando de um conceito ambíguo e múltiplo. Assim, sugere-se levar em consideração alguns aspectos fundamentais no que diz respeito ao termo deficiência. Como por exemplo, a historicidade relativa à deficiência e as definições acadêmicas sobre o termo. Entender, a princípio, a construção do pensamento sobre o conceito pode ser uma maneira facilitadora para que a deficiência não seja traduzida apenas como uma restrição de funcionalidade ou de habilidade expressa pelo corpo (DINIZ, 2012).

Até mesmo ao senso comum, constata-se "o fato de que nós seres humanos somos diferentes uns dos outros do ponto de vista biológico, psicológico, social e cultural" (MAGALHÃES, 2002, p. 1). Além do mais, o convívio com essas diferenças impedem que o estranhamento ou temeridade sejam colocadas em um plano intrínseco às relações sociais. Todavia, não são todas as diferenças que são aceitas e fazem parte do cotidiano das pessoas. Há a diferença entre as diferenças:

A realidade natural é diversa: nós homens [e mulheres] não somos fisicamente todos [e todas] iguais. É claro que fazemos parte da mesma espécie, mas cada um [e cada uma] de nós tem altura diferente, cor de pele e de olhos diferentes, peso diferente etc. Somos todos homens [e todas mulheres], porém diversos [e diversas]. Fisicamente temos, portanto, características diferentes uns dos outros [e umas das outras]. As pessoas deficientes talvez sejam um pouco mais diferentes, já que podem possuir sinais ou sequelas mais notáveis (RIBAS, 2003, pp. 12-13).

Portanto, a diferença traçada pela deficiência na realidade natural é, ao contrário do que propunha Ribas (2003), transposta sutilmente à diversidade da realidade social. Dessa forma, a distinção da deficiência se faz em referência "aquelas diferenças que chamam a atenção das pessoas porque são percebidas como desvantajosas e são atribuídas significações especialmente negativas, levando o seu portador ao descrédito social" (OMOTE, 1999:05, *apud* MAGALHÃES, 2002, p. 02).

Esse descrédito social manifestado pela diversidade e que já fora declarado injusto, não se trata, pois da perspectiva natural do ser, mas como aponta Ribas (2003), de um constructo sociocultural. Essa diferença não nasce da natureza. Os homens e as mulheres a constroem. Assim que, a desvantagem social que a pessoa deficiente traz consigo é um reflexo histórico e político em torno da deficiência. Um corpo deficiente, engessado na idéia de "anormal" proposta difundida noutrora pela restrita concepção médica sobre o termo, ainda hoje perpassa o sentido de invalidez na sociedade.

Sobre a historicidade da ideia de deficiência, Glat (1998: 18-19, *apud* MAGALHÃES, 2002) nos fará saber "que estamos diante de uma manifestação da diferença cuja marginalização tem profundas raízes históricas e culturais". Situadas nesse processo de exclusão, Jezine e Jesus (2007) afirmam que as

peças com deficiência são tratadas como doentes o que explica a negação à vida em comum como as demais peças na sociedade.

Em síntese, Magalhães (2002), apresenta as atitudes sociais com relação às peças consideradas deficientes em diferentes períodos históricos. Na Antiguidade, por exemplo, havia o extermínio e o abandono social explícito das peças que apresentassem características relacionadas à diversidade. Na Idade Média, configuravam-se as concepções paradoxais sobre a caridade e o castigo. Nesse momento, tem-se o início do assistencialismo e a prática segregacionista em instituições. Na Modernidade, a ciência tende à temática da deficiência. Há a preponderância do conhecimento médico, o atendimento educacional principia, contudo, a segregação em instituições persiste.

Nos dias atuais da contemporaneidade, os modelos segregados de atendimento começam a ser criticados. Os direitos sociais básicos das peças com necessidades especiais passam a ser reconhecidos. Dar-se início à filosofia da integração.

No final do século XX emerge o paradigma da inclusão e a diversidade e a heterogeneidade tornam-se reconhecidos. As autoras Jezine e Jesus compreendem, desse modo, que:

As diversas formas de tratamento para com as peças com necessidades educacionais especiais demonstram as limitações que as sociedades, desde as primeiras civilizações, apresentam em reconhecer e valorizar as diferenças existentes nos seres humanos, uma vez que estes seres não são iguais. E por não serem iguais, ou melhor, por serem diferentes, apresentam características diferentes, inclusive necessidades diferentes (2007, p. 28).

Nesse sentido, pode-se entender que a existência de uma peça com deficiência está fadada à diferença evidenciada, ou seja, ela se torna um ser que sempre estará em busca da superação, pois o seu corpo traduz, socialmente, um limite ou incapacidade que a "normalidade" não aspira. Contrário ao pensamento articulado a princípio, aqui, a "deficiência é tratada como única ou principal característica digna de ser analisada para explicar comportamentos de forma totalizante ou, então, negada como forma de amenizar/negar a diferença" (MAGALHÃES, 2002, p. 4).

Essa conjuntura de cerceamento à diversidade do corpo, ou seja, à própria existência do ser, faz-nos lembrar da condição da mulher também em análise no trabalho. Ela que não explicada em si, ela que sem identidade própria, ela que em razão existencial se resigna à qualidade de "fêmea", obviamente, reprodutora, despossuída de corpo e de voz, a mulher deve ser feita à imagem e semelhança do homem. Não à toa que, quando crianças, as meninas crescem com o pensamento de que "deveria ser um menino".

Igualmente, a pessoa com deficiência deve ser feita à imagem e semelhança da "pessoa não deficiente", pois o pensamento que ainda se mostra bastante firme é, por exemplo, "antes morta do que dando trabalho em casa cega ou de cadeira de rodas". Tal como a condição da mulher, a pessoa com deficiência não apresenta uma identidade social que lhes permita crédito para além do que, "normalmente", o é atribuída: a exclusão social.

Para Diniz, a compreensão sobre a deficiência segue por dois tipos de representação. O primeiro trata-se do modelo médico da deficiência. Nele o estudo busca catalogar, biologicamente, o corpo deficiente. Na década de 1980, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou a Classificação Internacional de Lesão, Deficiência e *Handicap* (ICIDH) seu objetivo era a sistematização da linguagem biomédica relativa a lesões e deficiência (DINIZ, 2012).

Assim, a deficiência era entendida como "qualquer restrição ou falta resultante de uma lesão na habilidade de executar uma atividade da maneira ou da forma considerada normal para os seres humanos" (DINIZ, 2012, p. 40). Por uma questão política, iniciou-se um período de críticas à ICIDH para demonstrar a sua fragilidade perante o conceito da deficiência. Nessa mesma época, o modelo social de definição da deficiência ganha força e transcende a concepção proposta.

Antes Diniz (2012) irá apontar que esse segundo tipo de representação foi uma verdadeira revolução que ocorreu na década de 1970, quando no Reino Unido e nos Estados Unidos, os estudos sobre a deficiência passou "De um campo estritamente biomédico confinado aos saberes médicos, psicológicos e de reabilitação [...] a ser também um campo das humanidades" (DINIZ, 2012, p. 9). A

partir desse fenômeno sociológico, a deficiência passou a ser interpretada "como uma expressão da diversidade humana" (DINIZ, 2012, p. 71), o que para Diniz resultou em "um argumento poderoso para desconstruir uma das formas mais brutais de opressão já instituídas - o desprezo pelo corpo deficiente" (DINIZ, 2012, pp. 71-2).

Apesar da consistência do modelo social da deficiência, as críticas feministas abalaram suas estruturas demonstrando que para além da profunda análise que os teóricos do modelo social consideravam, os pressupostos morais da organização social capitalista - onde se afirmava que as barreiras sociais, especialmente, as arquitetônicas e de transporte, resultavam mais diretamente nas desvantagens imputadas as pessoas com deficiência do que as lesões e que, portanto, com a retirada delas seria possível a independência social – o que era necessário era a inclusão (DINIZ, 2012)

Diniz elenca a crítica ao princípio da igualdade pela independência, a emergência do corpo com lesões e a discussão sobre o cuidado como os três pontos que resumem a argumentação da força feminista nos estudos sobre deficiência. "Ser uma mulher deficiente ou ser uma mulher cuidadora de uma criança ou adulto deficiente era uma experiência muito diversa daquela descrita pelos homens com lesão medular que iniciaram o modelo social da deficiência" (DINIZ, 2012 p. 59). Por isso que para a autora a crítica feminista da deficiência não pode ser entendida como externa e opositora ao modelo social, mas parte do processo do seu revigoramento e expansão.

Dentre outras variáveis de desigualdade verificadas nos estudos feministas o corpo se torna justificativa para que a violência e as atitudes discriminatórias venham à tona. Vejamos por exemplo o caso do machismo e do racismo contra às mulheres e às pessoas negras. Trazendo consigo também um corpo denunciante da estruturação social que oprime a pessoa, a deficiência é um tema relevante às teóricas feministas. Para Diniz (2012) as pesquisas realizadas sobre a deficiência faz conhecer uma das ideologias mais opressoras da vida social: a humilhação e a segregação do corpo deficiente.

Ainda que na perspectiva biomédica, contudo, na revisão em termos sociológicos da ICDH (1990-2001) e na publicação da CIF, no último ano, a



deficiência será caracterizada em vista da complexidade resultante do relacionamento entre as condições individuais de saúde e os fatores pessoais e externos. "É um conceito guarda-chuva para lesões, limitações de atividades ou restrições de participação. Denota os aspectos negativos da interação entre o indivíduo e os fatores contextuais" (DINIZ, 2012, p. 48).

Com base em Magalhães (2002), percebemos que para mais do que o não ouvir, o não ver, o não andar ou quaisquer outra condição que exponha o corpo como uma estrutura totalizadora que é entendida pela impossibilidade à participação ativa na vida em comum, a desvantagem da pessoa com deficiência encontra-se, potencialmente, no fato de que a própria sociedade não se dispõe em desenvolver alternativas que levem em consideração as peculiaridades dessas pessoas. Sejam elas relativas às lesões ou às variáveis de desigualdade como o gênero, a orientação sexual, raça, idade dentre outras.

A presença de barreiras arquitetônicas, atitudinais e ideológicas não apenas pode como levam muitas pessoas com deficiência ao descrédito social. Perpetuar a ideia da deficiência como um determinante natural à incapacidade do ser, restringe a possibilidade do estar pessoa deficiente em sociedade. O que, intimamente, se diz contrário à valorização das diferenças no contexto social. Para Diniz:

É um fenômeno recente compreender a deficiência como um estilo de vida particular. Mas, diferentemente de outros modos de vida, a deficiência reclama o 'direito de estar no mundo'. [...] A verdade é que a deficiência é mais do que um enigma: é um desconhecido erroneamente descrito como anormal, monstruoso ou trágico, mas que fará parte da trajetória de vida de todas as pessoas que experimentarem os benefícios da civilização (2012, pp. 70-72).

Antagônico, por exceção, ao que se pensa a autora de que a deficiência difere dos outros modos de vida por reivindicar o "direito de estar no mundo", essa terá um mar de semelhança em relação com os grupos minoritários que também sofrem pela opressão advinda pelo corpo, como o é no caso das mulheres e das pessoas com deficiência. O corpo definido pelo estar existencial do ser, jamais será desvinculado das opressões que o meio constrói e investe nas relações sociais.

Apesar de cada qual estar contextualizado historicamente em suas próprias dimensões, parece-nos que a opressão pelo corpo é uma constante e real violência que atinge muitas minorias sociais. Bem como às mulheres, em particular, é possível afirmar que a desigualdade vivenciada pelo indivíduo deficiente corresponde a pouca sensibilidade da sociedade à diversidade de estilos de vida. E para nós, afirmar a deficiência "como um modo de vida é reconhecer seu caráter trivial para a vida humana" (DINIZ, 2012, p. 8).

Compreender a pessoa com deficiência na estrutura social é tê-la para além da própria deficiência como demonstrara o modelo médico. É tê-la para além das barreiras arquitetônicas, de transporte evidenciadas pela perspectiva social. É mesmo considerá-la para além da inclusão como afirmavam as feministas. Ela tem uma identidade e essa se constitui, primeiramente, pelo gênero que a representa. Não estamos tratando apenas de uma pessoa, mas de um homem ou de uma mulher inserida na sociedade. Daquilo que caracteriza o seu lugar no mundo. Variáveis como idade, orientação sexual, raça, religião, classe social dentre outros, também devem ser considerados em referência à pessoa com deficiência.

A mulher com deficiência vivencia duas formas de desvantagem, de um lado pela sua condição de "mulher" e por outro lado pela sua condição de "deficiência", neste sentido os processos de opressão e controle social é vivenciado duplamente por tais mulheres.

Nicolau, Schraiber e Ayres (2013, p. 864) discutem esta noção de dupla vulnerabilidade: "esta condição é corroborada na literatura internacional sob a perspectiva da desvantagem: as mulheres com deficiência apresentam duas desvantagens na vida social. Estes mesmos pesquisadores (as) que nas investigações dois eixos enfatizados na reflexão feminista:

(...) a discriminação socioeconômica (mulheres com deficiência trabalham em ocupações menos qualificadas e recebem menos do que homens com deficiência e mulheres sem deficiência) e a excessiva medicalização da deficiência, que vê esta condição como doença

O que discutimos neste artigo é que esta dupla desvantagem e vulnerabilidade pode constituir o que chamamos de "dupla estigmatização".

## **A condição da mulher na atualidade e a presença do estigma**

Visivelmente, hoje muito se tem discutido a respeito da mulher, da condição de ser e estar mulher na sociedade. Inúmeros fatores e razões podem ser elencados na tentativa de compreender o fenômeno na discussão de identidade e papel social da mulher, do gênero que se diz feminino. Em consideração à essa impulsividade vivenciada pela questão, que por ora desenfreada, escorregadia, indomável ou mesmo devastadora, bem que reconstrutora e revolucionária, o espaço presente será orientado à tentativa de elaboração de uma definição sobre este "Ser" que é Mulher. No mais especial, conseqüentemente, do "Ser Mulher com deficiência". Afinal, como definir o conceito "mulher"?

Na tentativa em defini-la, é possível adentrarmos no desafio de entender a mulher a partir da realidade característica do século XXI, a realidade onde a fluidez das identidades se encontra em bastante evidência (BAUMAN, 2005, *apud* MAGALHÃES, 2010). É importante salientar que essa fluidez se configura pela sensação de não pertencimento como ser que o mundo globalizado trás consigo, mas que, contraditoriamente, também pode se apresentar como uma alternativa à crítica (individual e coletiva) e, conseqüentemente, ao firmamento de laços entre os pares e à diversidade que podem (re) significar as identidades.

Tendo em vista que o tema de discussão se orienta às mulheres, nada mais oportuno que a perspectiva feminista sobre a mulher para desenvolver uma definição crítica ao mesmo que originária. Assim, a linha de pensamento será norteada pelos pensamentos de autoras como a francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) - que, nos germes do século XXI, ver reascender a sua filosofia nas formulações e, num ciclo preciso de novas discussões, introduz em pauta os valores e as questões que configuram a vida das mulheres -, Viezzer (1989), French (1992), Almeida (2014).

Como sabemos a história das mulheres é marcada pela violência e opressão de gênero. Em seus escritos, Beauvoir (1970) caracterizou-a como o segundo sexo tendo em vista a vida de silêncio e submissão que lhes foi imposta

pelas sociedades patriarcais e misóginas, ou seja, àquelas que comandadas pelos homens (o primeiro sexo) imputam pelo ódio a morte social da vida pública e privada às mulheres.

Conforme Viezzer, não há memória de tempo sobre o início da subordinação da mulher ao homem. Todavia, sabe-se que sob as mais variadas formas, a subordinação atravessou todos os períodos da civilização e que permanece até os dias de hoje. Explica a autora:

Desde sempre os seres humanos usaram a fé e a razão para buscar a verdade e orientar suas atividades. Mas a Religião e a Ciência se institucionalizaram também como instrumentos privilegiados para a perpetuação da subordinação da mulher ao homem e para o estabelecimento de uma Ordem na qual a opressão, a dominação, o machismo, o patriarcalismo e, enfim, o capitalismo são variáveis da subordinação (VIEZZER, 1989, p. 95).

Para French, com o surgimento do Estado é que o declínio social às mulheres é fadado. Vejamos a razão:

Elas, provavelmente, foram as primeiras escravas e, embora as da elite tivessem algum poder nos primeiros Estados, ficavam subordinadas aos homens de sua categoria. Não apenas as mulheres não "progrediram", como foram também cada vez mais "despojadas de poder", degradadas e subjugadas (1992, p. 10)

Essa condição é apontada por Almeida, especificamente, em relação ao trabalho. Para a autora, "Ao longo da História, o trabalho feminino sempre sofreu pressões controle das instâncias sociais, que são possuidoras de um perfil marcadamente androcêntrico" (2014, p. 129). É importante, salientarmos, que nem sempre a mulher teve a liberdade para executar algum tipo de trabalho fora do ambiente doméstico.

Por isso que o exercício remunerado é considerado uma conquista pela resistência e lutas que as mulheres travaram para a sua emancipação social. Vejamos, se a mulher conquistou a sua libertação pelo trabalho desenvolvido fora do ambiente doméstico e que, portanto, deve ser considerado o pagamento pela mão de obra disposta, somos levadas (os) ao raciocínio de que a identidade estigmatizada é uma construção de ordem machista.

Consideremos a seguinte afirmação de Goffman, "nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado tipo de indivíduo" (2012, p. 13). Ou

seja, para o autor, o estigma será um termo usado em “referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos” (GOFFMAN, 2012, p. 13).

Da razão intrínseca à sobrevivência do ser humano à demarcação de identidades na sociedade, o trabalho imputará valores distintos às pessoas pelo exercício e papéis que desempenham. Em pleno século XXI, é muito comum às mulheres o trabalho doméstico. Muitas (os) de nós conhecemos as denominadas “donas de casa”. Ou como alguns outros preferem “as belas, recatadas e dos lares”. Doutra jeito, também é “normal” que os homens, de modo geral, venham a “garantir o pão de cada dia” exercendo suas atividades, o mais longe possível, do espaço que confere a própria família, ou ao privado.

Desse modo, podemos perceber a distinção entre os valores que são imputados aos respectivos gêneros. Tenhamos apenas que à primeira, na mais simples das explicações, não é remunerada pelo trabalho que exerce à sua sobrevivência. O que já nos permite considerar o tipo de trabalho que a mesma desempenha que está relacionado à construção de sua identidade. Ao segundo, também analisado pela fácil ideia atribuída à mulher em relação ao trabalho exercido para que possa sobreviver, está apto pela sociedade ao recebimento de pagamento pelo determinado serviço prestado. O que, igualmente, também é considerado à sua construção identitária.

A diferenciação dos papéis sociais entre os gêneros assim como a depreciação profunda por qualquer trabalho que a mulher venha a desempenhar socialmente e, ao contrário, a super valorização do mais insignificante dos atos que um homem venha a exercer. Isso pode ser observado, por exemplo, ao assumir a maternidade compulsória a mulher não faz mais que a obrigação, sendo inclusive penalizada se não cumprir com o seu dever de ser mãe. Todavia, ao responsabilizar-se em assumir a paternidade, o homem estará “ajudando” a mulher. Pelo trabalho desenvolvido como “pai”, o homem é tido como o bom exemplo.

Goffman na tentativa de comprovar de que o “estigma é [...] na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (2012, p. 13). Escreve:

alguns cargos na América obrigam os seus ocupantes que não tenham a educação universitária esperada a esconderem isso; outros cargos, entretanto, podem levar os que os ocupam e que possuem uma educação superior a manter isso em segredo para não serem considerados fracassados ou estranhos (2012, p. 13).

O autor considera que o estigma é constituído por duas perspectivas. À primeira, a pessoa estigmatizada se encontra na condição de desacreditada assumindo “que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente” (GOFFMAN, 2012, p. 14), o conhecimento desta “característica distintiva” implica na imersão social e cultural. À segunda, “ela não é nem conhecida pelos presentes nem imediatamente perceptível” (GOFFMAN, 2012, p. 14). Aqui a pessoa estigmatizada assume a condição de desacreditável. Goffman ainda alerta que é possível um indivíduo estigmatizado ter experimentado ambas as situações.

Muitos investigadores tem evidenciado que a mulher com deficiência sofre processos de dupla desvantagem, o que, em nossa perspectiva, indica a vivência constante de estigmas.

Andrade e Araújo (2015 s.p) em estudo sobre o banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) asseveram: “Se as pessoas com deficiência, de uma forma geral, convivem com uma realidade de exclusão, entre as pessoas com deficiência, as mulheres enfrentam o drama da preterição por sua simples condição feminina”

Steffen (2013, p. 8 e 9) postula que o papel de “cuidadora” tantas vezes imposto às mulheres ganha uma inversão no caso das mulheres com deficiência porque elas passam a demandar cuidados:

O cuidado precisa estar isento de crenças sexistas e preconceituosas que possam oprimir quem é cuidado/a. Crianças com deficiência devem ser estimuladas nas suas vontades, independente de gênero e deficiência, sendo tratadas de forma justa e equitativa, sem promover desigualdades sociais.

Farias (2011) afirma, por sua vez que se trata de um processo de “múltiplas vulnerabilidades” no qual a diáde “mulher” e “deficiência” ganham relevo. Para Dantas, Silva e Carvalho (2013, p. 17) contudo para além das vulnerabilidades faz-se oportuno: “a necessidade de um processo de empoderamento e conhecimento da autoadvocacia para o reconhecimento da

identidade de gênero e dos direitos sexuais (o ser mulher com deficiência) como possibilidade de abrir caminhos para o protagonismo na educação, no trabalho, na vida familiar, afetiva e sexual.

### **Considerações Finais: para além das conclusões**

As mulheres em sua trajetória no decorrer da história da humanidade evidenciam sua condição de vulnerabilidade na medida em que vivenciam de forma sistemática violências das mais variadas e processos de discriminação que reduzem suas potencialidades no mundo do trabalho, na escola e na vida cotidiana. Quando aliado a condição feminina encontra-se a condição “deficiência” tal vulnerabilidade ganha outras dimensões.

Isso ocorre porque ao estarmos diante de pessoas com deficiência frequentemente somos tentados a reduzir seus potenciais focando apenas na sua condição de, suposta, desvantagem. Tal desvantagem não está fincada, apenas, na diferença física, mas, sobretudo, em condições objetivas (barreiras das mais variadas ordens) que impõem formas subalternas de inserção social e, conseqüentemente, escolar. Isso gera significações negativa e crenças desabonadoras de seus potenciais. Nasce assim, o estigma que interfere profundamente na forma como sujeito constitui sua identidade.

Considerando os dados quantitativos apresentados no início deste artigo, as mulheres estão imersas em situações de vulnerabilidade. Frequentemente, a mulher teve seu processo de desenvolvimento escrutinado por um olhar androcêntrico que a desqualifica e compara a padrões rotulados como “masculinos”. O padrão identitário da mulher parece, pois, alvo das “deteriorações” focadas por Goffman (2012) porque circulam crenças desabonadoras sobre mulher e a ela é imposta uma “subalternidade”.

Sabemos que a trajetória das pessoas com deficiência é marcada pela luta contra a discriminação e a vivência constante de estigmas. Uma luta que no

campo da educação gerou uma visão “inclusiva” da educação destas pessoas, a qual implica na presença, participação e aprendizagem de todas as crianças na escola, inclusive as meninas com deficiência. No caso dos dados quantitativos referentes as pessoas com deficiência seus direitos parecem começar a serem considerados na feitura de políticas públicas. Todavia, no caso das “mulheres com deficiência” são necessárias investigações sobre suas condições reais de vida e sobre seus processos de escolarização.

Parece, pois, que os debates sobre gênero e deficiência parecem profícuos no atual quadro das questões pertinentes ao feminismo. Este artigo começa a vislumbrar um campo de estudos no contexto da pesquisa sobre a educação especial em perspectiva inclusiva na confluência de um estudo sobre “estigma”, “deficiência” e “condição da mulher”.

## Referências:

ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto de. **Comunidade e sociedade**: conceito e utopia. Raízes, Ano XVIII, n 20, p. 50-53, novembro/99 Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_27.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_27.pdf)>. Acesso em 26 de abril de 2016.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX**. In: SAVIANI, Dermeval. et al. O Legado Educacional do Século XIX. 3 ed., Campinas: Autores Associados, 2014.

ANDRADE, Carolina Silva de; ARAÚJO , Josemar Figueiredo. A dupla desvantagem da mulher com deficiência no mercado de trabalho. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVIII, n. 142, nov 2015. Disponível em: <[http://ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=16565](http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16565)>. Acesso em jun 2016.



ANNUNCIACÃO, Daniel Luiz Rodrigues da. **Análise de elementos maiores, menores e traço, em amostras de cabelo, aplicado a triagem populacional com elevada incidência de câncer**. 2008. Orientador: Prof. Dr. Luiz Fabrício Zara. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília - UnB Instituto de Química Programa de Pós-Graduação em Química. Brasília – DF 2008.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. A Experiência Vivida. 2 ed. Tradução Sérgio Milliet. 1967. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/media/2008/01/409680.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2016.

BOCK, Ana Mercês Bahia. FURTADO, Odair. TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: Uma introdução ao estudo de psicologia. 13 ed. Reform, ampl. São Paulo: Saraiva, 2001.

Brasil. Estatuto da pessoa com deficiência (2015). **Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) / Câmara dos Deputados. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação ; n. 200).

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

Cartilha do Censo 2010 – **Pessoas com Deficiência** / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em 04 de março de 2016.

CEDIM. Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – RJ. Reflexão sobre a Condição da Mulher Portadora de Deficiência. Rio de Janeiro, 1992.

DANTAS, Taísa; SILVA, Jackeline Susann Souza Silva ;CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de Carvalho. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência:

uma história feminina de rupturas e empoderamento. Anais da 36ª Reunião Nacional da ANPEd, 2013. Disponível em [http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt15\\_trabalhos\\_pdfs/gt15\\_3045\\_texto.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt15_trabalhos_pdfs/gt15_3045_texto.pdf)

Declaração Universal dos Direitos Humanos. UNIC / Rio / 005 - Agosto 2009. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf> >. Acesso em 04 de março de 2016.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos).

Estatísticas de Gênero: Uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>. Acesso em 14 de junho de 2016.

FARIAS, Adenize Queiroz de. Gênero e Deficiência: Vulnerabilidade Feminina, Ruptura e Superação. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2011

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Disponível em: <[https://xan2wasn3301.files.1drv.com/y3mjQoEFxEcCnR5I4L7QO6riaJuvK3AznE61tKN6DLVgDMowPRrz5C9PPyvhzWW4NkhqEdxTI\\_Jyg2Zs1Lh1QoXX8m\\_3q36jlx8HSEliNSeJZwU8BEZqJA3C5Hno2RhevwDeGRBc7uYOOP\\_OTbzI-IQ/Pedagogia%20do%20Oprimido%20-%20Paulo%20Freire.pdf?psid=1](https://xan2wasn3301.files.1drv.com/y3mjQoEFxEcCnR5I4L7QO6riaJuvK3AznE61tKN6DLVgDMowPRrz5C9PPyvhzWW4NkhqEdxTI_Jyg2Zs1Lh1QoXX8m_3q36jlx8HSEliNSeJZwU8BEZqJA3C5Hno2RhevwDeGRBc7uYOOP_OTbzI-IQ/Pedagogia%20do%20Oprimido%20-%20Paulo%20Freire.pdf?psid=1)>. Acesso em 12 de março de 2016.

FRENCH, Marilyn. **A guerra contra as mulheres**. Editora Best Seller, 1992.

GLAT, Rosana. **Somos iguais a vocês:** depoimentos de mulheres com deficiência mental. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf>>. Acesso em 18 de abril de 2016.

IBGE. **Estatísticas de Gênero:** Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2014. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 33 Sistema Nacional de Informações de Gênero. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>>. Acesso em 14 de junho de 2016.

INWWD. The International Network of Women with Disabilities. **Violência contra Mulheres com Deficiência.** Arquivos “Bárbara Faye Waxman Fiduccia. Sobre mulheres e meninas com deficiência. Centro para Estudos de Políticas sobre Mulheres. Março de 2011. Tradução: Romeu Kazumi Sassaki. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/violencia\\_mulheres\\_deficiencia.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/violencia_mulheres_deficiencia.pdf)>. Acesso em 15 de junho de 2016.

JEZINE, Edineide. JESUS, Maria Rutmar de. O debate científico na universidade sobre educação inclusiva. 2007. In: JEZINE, Edineide. **Pesquisas em educação: inclusão e diversidade.** João Pessoa: editora Universitária da UFPB, 2010.

*La mujer en el mundo, 2010: Tendencias y estadísticas* Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesK/SeriesK\\_19s.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesK/SeriesK_19s.pdf)>. Acesso em 14 de junho de 2016.

LANE, Silvia T. Maurer. **O que é psicologia social** - São Paulo: Brasiliense, 2006. - (Coleção Primeiros Passos; 39).

MACHADO, Cauê Fraga. DORNELLES, Rodrigo Ciconet. **Deficiência ou diferença:** o estigma como produtor de desigualdades no mundo do trabalho. 2007. Disponível em: <<http://www.sociedadeemestudos.ufpr.br/atual/arquivos/machado%20e%20dornelles%20pag%20114.pdf>>. Acesso em 05 de maio de 2016.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. CARDOSO, Ana Paula Lima Barbosa. **A pessoa com deficiência e a crise das identidades na contemporaneidade**. Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 139, p.45-61, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n139/v40n139a03.pdf>>. Acesso em 05 de maio de 2016.

MAGALHÃES, R. C. B. P. **Traduções para as palavras diferença/deficiência: Um convite a descoberta**. In: Reflexões sobre a diferença: uma introdução á educação especial Fortaleza: Demócrito Rocha/ Ed. UECE, 2002. p. 21-34.

MAGALHÃES, R. C. B. P. Ditos e Feitos da Educação Inclusiva: navegações pelo currículo escolar, Ano de obtenção: 2005. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil.

MALACHIAS, Rosângela. Cabelo bom. Cabelo ruim! Coleção Percepções da Diferença. Negros e Brancos na escola. Organização: Gislene Aparecida dos Santos. 1ª ed. São Paulo. Ministério da Educação, 2007.

Mapa da violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>. Acesso em 22 de março de 2016.

MARTINS, Carlos Benedito. (2011). A contemporaneidade de Erving Goffman no contexto das ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26(77), 231-240. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092011000300019>. Acesso em 23 de março de 2016.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **História da educação de pessoas com deficiência: da antiguidade ao início do Século XXI**. Campinas, SP: Mercado de Letras; Natal, RN: UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015. - (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador).

MELO, Valdir. NOGUEIRA, Roberto Passos. **O Estudo 2010 de Carga Global da Doença: Crítica da Formação da Ponderação dos Indicadores (2015)**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990.

NICOLAU, Stella Maris; SCHRAIBER, Lilia Blima and AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. **Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde.** *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2013, vol.18, n.3, pp.863-872. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000300032>.

NORBERT, Elias. **A sociedade dos indivíduos.** Org. Michael Schröter. Tradução, Vera Ribeiro. Revisão técnica e notas, Renato Janine Ribeiro. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1994.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre a Deficiência,** The World Bank ; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. - São Paulo: SEDPcD, 2012. p 334. Título original: World report on disability, 2011.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992, p. 200212. Tradução: Monique Augras. Disponível em <[http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Pollak-memoria\\_e\\_identidade\\_social.pdf](http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Pollak-memoria_e_identidade_social.pdf)>. Acesso em 06 de maio de 2016.

Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher. Disponível em:< [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao\\_pequim.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf)>. Acesso em 14 de junho de 2016.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. SANTOS, Carlinda Moreira. As mulheres negras brasileiras e o acesso à educação superior. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 71-87, jan./abr. 2016

QUINTÃO, Adriana Maria Penna. **O que ela tem na cabeça?** Um estudo sobre o cabelo como performance identitária. 2013. 196 f. Orientador: Julio Cesar de Souza Tavares. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, 2013.

RIBAS, João Baptista Cibtra, 1954 – **O que são pessoas deficientes?** São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção primeiros passos; 89).

SANTOS, Rosamaria Vitória dos. **Cotas para Negros (as) em Concursos Públicos** / Rosamaria Vitória dos Santos. – Brasília, 2014. 36 f. : il. Monografia

(especialização) – Universidade de Brasília, Departamento de Educação - EaD, 2014.

SIQUEIRA, R. C. de. CARDOSO JR, H. R. **Discussão conceitual de estigma aludindo o conceito fundador de Goffman e de autores que pautaram suas ideias a partir dele.** s/d.

STEFFEN, Luciana. **Gênero, deficiência e cuidado:** uma reflexão urgente na pesquisa e na prática. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em [http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386687859\\_ARQUIVO\\_LucianaSteffen.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386687859_ARQUIVO_LucianaSteffen.pdf)

VIEZZER, Moema. O problema não está na mulher. São Paulo: **Cortez**, 1989. Coleção Biblioteca da Educação. Série 3. Mulher tempo; v. 2.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015:** Homicídio de mulheres no Brasil. 1ª Edição Brasília – DF – 2015. Disponível em: [www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br) >. Acesso em 22 de março